

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal terá menos R\$1,3 bi no orçamento..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transição avalia converter em títulos R\$ 27 bi da dívida..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo libera R\$ 3,3 bi a ministérios..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC da Transição avança..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Para não zerar os investimentos (Artigo)..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU autoriza crédito extraordinário para gastos da Previdência..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Média de idade de aposentado sobe 2,79 anos após reforma..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Benefício humanitário e o teto de gastos (Artigo)..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Remanejamento "reparte" R\$ 3 bi entre órgãos para cobrir buracos..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Valorização do servidor (Editorial)..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tempo para discutir nova regra fiscal..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova PEC da Transição com prazo de 2 anos e impacto de R\$ 168 bi..... 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária precisa ser equilibrada e simplificar, diz CNC..... 20

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gerar empregos é a agenda prioritária..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC mantém juros e alerta para riscos fiscais..... 22

Quinta-Feira, 8 de Dezembro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente do TCU pede regra fiscal que dê fim a "corrida por exceções" 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Agro deve crescer 2,5% em 2023 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Tarcísio anuncia Benini e deve confirmar Kinoshida na Fazenda 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula ganha a primeira (Editorial) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Argentina pede a Europa que reveja acordo com Mercosul 33

Receita Federal terá menos R\$1,3 bi no orçamento

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50119>

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50119>

Transição avalia converter em títulos R\$ 27 bi da dívida

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Governo libera R\$ 3,3 bi a ministérios



Tainá Andrade

Portaria da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, publicada ontem em edição extra do Diário Oficial, determinou o remanejamento de R\$ 3,3 bilhões para atender aos órgãos que estão com dificuldade para manter a prestação de serviços aos contribuintes neste fim de ano. Caberá a cada pasta alocar internamente os recursos, conforme suas prioridades.

O Ministério da Saúde foi contemplado com o maior valor: R\$ 2,3 bilhões. O da Educação teve R\$ 300 milhões desbloqueados, mesmo montante destinado às pastas da Economia e da Cidadania.

"Esse remanejamento de despesas classificadas como "obrigatórias" para outras classificadas como "discricionárias" tem o objetivo de melhorar a eficiência alocativa em cada ministério", destacou o Ministério da Economia, em nota. "As realocações ocorrem após a reavaliação da previsão de pagamentos e mediante justificativa técnica de que tais despesas obrigatórias não serão executadas financeiramente no exercício." No último dia 22, a área econômica anunciou um bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões no Orçamento deste ano, que elevou para R\$ 15,4 bilhões os valores congelados em 2022 para enquadrar as despesas na regra do teto de gastos.

O Ministério da Economia informou ainda que, "diante da execução orçamentária e financeira desafiadora neste fim de ano, segue acompanhando de perto as demandas dos diversos órgãos do Poder Executivo e trabalha para o atendimento desses pleitos, sempre respeitando o arcabouço fiscal".

O total liberado para o Ministério da Educação é menor do que os R\$ 400 milhões apontados pela equipe de transição como necessários para não

interromper o funcionamento dos órgãos ligados à pasta.

O Ministério do Trabalho e Previdência, onde o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) esteve sob ameaça de ter os serviços paralisados, recebeu R\$ 25 milhões.

Ajuda do TCU O **INSS** teve, ainda, uma ajuda extra, ontem. O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário (além do teto) para cobrir despesas com aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Apesar dos constantes alertas feitos nos últimos dias - da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do MEC e do **INSS** - a Economia classificou o remanejamento de dinheiro como "uma medida regular de governança". justificativa técnica de que tais despesas obrigatórias não serão executadas financeiramente no exercício." No último dia 22, a área econômica anunciou um bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões no Orçamento deste ano, que elevou para R\$ 15,4 bilhões os valores congelados em 2022 para enquadrar as despesas na regra do teto de gastos.

O Ministério da Economia informou ainda que, "diante da execução orçamentária e financeira desafiadora neste fim de ano, segue acompanhando de perto as demandas dos diversos órgãos do Poder Executivo e trabalha para o atendimento desses pleitos, sempre respeitando o arcabouço fiscal".

O total liberado para o Ministério da Educação é menor do que os R\$ 400 milhões apontados pela equipe de transição como necessários para não interromper o funcionamento dos órgãos ligados à pasta.

O Ministério do Trabalho e Previdência, onde o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) esteve sob ameaça de ter os serviços paralisados, recebeu R\$ 25 milhões.

Ajuda do TCU

O **INSS** teve, ainda, uma ajuda extra, ontem. O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário (além do teto) para cobrir despesas com aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Apesar dos constantes alertas feitos nos últimos dias - da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do MEC e do **INSS** - a Economia classificou o remanejamento de dinheiro como "uma medida regular de governança".

PEC da Transição avança

Tháísa Medeiros

O Senado Federal aprovou na noite de ontem, em dois turnos, a PEC da Transição. O texto aprovado pelos parlamentares contempla a destinação de R\$ 145 bilhões para o pagamento do Auxílio Brasil - que passará a se chamar Bolsa-Família - bem como a excepcionalização do teto de gastos de R\$ 23 bilhões para custeio de investimentos.

A proposta foi aprovada em primeiro turno com 64 votos favoráveis e 16 contra. Eram necessários 49. No segundo turno, foram 64 votos favoráveis e 13 contrários. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados para votação em dois turnos. Se for alterada, terá de retornar ao Senado, comprometendo o calendário. Senadores da base do governo de Jair Bolsonaro (PL) argumentaram contra a PEC em plenário. "Isso gera incerteza, vai gerar fuga de capital do Brasil. Vai causar fuga de investidores do Brasil. Vai gerar **inflação**. A consequência óbvia e lógica vai ser o aumento abrupto dos juros", apontou o senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ). "Na verdade, o que nós estamos autorizando hoje (ontem) passa de R\$ 208 bilhões. Nós estamos autorizando não R\$ 145 bilhões, estamos autorizando R\$ 208 bilhões", lamentou o líder, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). O senador eleito por Minas Carlos Viana (PL) também votou contra a PEC da Transição.

O texto que chegou ao Plenário foi fruto de acordo proposto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A equipe de transição já esperava reduções do valor da PEC durante a discussão em Plenário. O senador eleito Wellington Dias (PT-PI) disse à imprensa, antes da apreciação, que o valor acertado na CCJ foi avaliado pela equipe técnica da futura gestão. "A redução de 30 (bilhões) não foi um número chutado. Provavelmente, na adequação, nós vamos ter que reduzir áreas, como o investimento, em relação ao plano original", explicou Dias.

O senador eleito se diz otimista também com a tramitação na Câmara, mas admite a possibilidade de a matéria ser alterada na Casa e ter que ser reapreciada no Senado Federal, o que inviabilizaria o pagamento do Bolsa-Família de R\$ 600 em janeiro. "Acredito que, com o texto aprovado no Senado, é grande a chance de aprovação na Câmara. Pode haver alteração? Pode. Não aprovado, coloca o Brasil numa situação, eu diria, travada no ano de 2023", frisou.

A PEC é a principal aposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa-Família em R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança até 6 anos. O valor reservado para o programa sem a PEC é suficiente apenas para o pagamento de R\$ 405 por família. Com o espaço de R\$ 105 bilhões aberto no Orçamento de 2023, Lula espera recompor programas como Farmácia Popular e Minha casa, minha vida, e reajustar o salário mínimo acima da **inflação**. A distribuição do montante, no entanto, será definida não só pelo governo eleito - como previa a proposta inicial -, mas também pelo Congresso.

O relator do texto, Alexandre Silveira (PSD-MG), afirmou que o "dito mercado" reagiu bem à proposta que saiu da CCJ. Silveira reforçou o compromisso do governo eleito com o envio de um novo arcabouço fiscal até agosto do ano que vem, além de uma **reforma tributária**. "Nós tivemos uma tranquilidade nessas 24 horas porque o Brasil entendeu a necessidade da ampliação desses recursos como o mínimo necessário pelo futuro governo para atender às pessoas que mais precisam neste país", disse no plenário.

PRÓXIMOS PASSOS Aprovada em segundo turno, a PEC segue imediatamente para a Câmara dos Deputados, onde pode ter mais dificuldade na tramitação. A base de Jair Bolsonaro na Casa fala em tentar limitar o valor do texto a R\$ 52 bilhões, suficiente apenas para pagar o auxílio de R\$ 600. "Há um alinhamento entre o PL no Senado e o PL da Câmara para reduzir lá o que não se conseguiu reduzir aqui", disse na terça-feira o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ).

O governo de transição não quer que o texto seja alterado pelos deputados, já que ele teria que voltar ao Senado para nova apreciação. Nos bastidores, porém, fala-se de insatisfação com os termos definidos na CCJ. APEC irá ao Plenário da Casa na semana que vem, mas ainda não tem data para ser discutida e votada. "Esperamos que até a próxima semana a Câmara aprove (a PEC) para eu poder fazer o meu relatório e, até 20 de dezembro, a gente poder aprovar o relatório final (do Orçamento)", disse o senador Marcelo Castro, relator-geral do Orçamento de 2023.

O parlamentar alertou ainda sobre as reduções em relação ao texto inicial, que previa um total de R\$ 198 bilhões para o governo eleito, contra R\$ 145 bilhões do texto final.

Dinheiro do PIS/Pasep será liberado

A proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem no Senado amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões em 2023 e 2024 para o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa-Família) e libera outros R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação de receitas extraordinárias, mas também permite que recursos parados nas contas do PIS/Pasep há no mínimo 20 anos sejam apropriados pelo Tesouro Nacional, e usados para bancar investimentos fora da regra fiscal que limita o crescimento das despesas.

Em agosto, a Caixa Econômica Federal informou que há R\$ 24,6 bilhões em cotas do PIS/Pasep. Aversão aprovada pelo Senado prevê gasto extra de R\$ 168 bilhões - somando as cotas e outras emendas incluídas, a proposta pode liberar mais de R\$ 200 bilhões para o futuro governo. O aviso de apropriação dos recursos do PIS/Pasep deverá ser publicado no Diário Oficial da União (DOU). Caso o "eventual interessado legítimo" não reivindique o dinheiro dentro de 60 dias após a publicação no DOU, as contas serão encerradas. O interessado poderá pedir o ressarcimento à União no prazo de até cinco anos do encerramento das contas.

O dispositivo que inclui o PIS/Pasep não estava no relatório inicial de Silveira e foi incluído por sugestão do senador Fernando Bezerra (MDB-PE), ex-líder do governo de Jair Bolsonaro (PL) no Senado. Bezerra afirmou que a mudança é "neutra" do ponto de vista fiscal. "Primeiro, haverá criação de receita e depois a realização de despesas de investimento que ficam excepcionalizadas do teto. Do ponto de vista fiscal ela é neutra. A reação do mercado hoje (ontem) foi muito boa em relação à PEC."

Em acordo com líderes do Congresso e o PT, o relator deixou uma brecha para que a PEC também possa abrir espaço no Orçamento de 2022. No trecho que permite investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R\$ 23 bilhões, foi retirada a trava de que essa medida valeria apenas a partir de 2023. Com isso, há margem para que o governo de Jair Bolsonaro (PL) libere emendas parlamentares que estão bloqueadas por causa do aperto fiscal. Relator da PEC na CCJ, o senador Alexandre Silveira nega que tenha participado da negociação de emendas. Segundo ele, a antecipação foi incluída para que o governo atual consiga fechar as contas - o Ministério da Economia teme o risco real de que falte dinheiro inclusive para o pagamento de aposentadorias.

"Se nós não estivéssemos aprovando hoje nesta

mesma PEC a possibilidade de o atual governo aproveitar R\$ 20 bilhões para fechar o seu ano fiscal, esse governo teria um rombo fiscal, no seu limite, de R\$ 16,8 bilhões", disse no plenário. "Ou seja, nos números apurados e bem apurados pela transição, nós precisamos, para ter a mesma execução orçamentária de 2022, de R\$ 140 bilhões para o ano que vem. Isso, nós estamos dizendo, para cumprir com os brasileiros e brasileiras que precisam do Auxílio Brasil." A PEC também tira do teto de gastos despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas. A última versão do relatório apresentado por Silveira também amplia a medida para todas as instituições de pesquisa e para a Embrapa - o texto anterior mencionava apenas a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Doações feitas a fundos de meio ambiente também ficam de fora do teto.

ponto a ponto do relatório da PEC

Eleva o teto de gastos em R\$145 bi para bancar o Bolsa-Família

Tem brecha para liberar emendas de relator em 2022

Permite usar R\$ 23,9 bilhões para investimentos fora do teto

Expande em R\$ 145 bi o teto de gastos em 2023 e 2024 para acomodar despesas sociais (valor é fixo, não sendo reajustado pelo IPCA a cada ano)

O Congresso terá liberdade para alocar como quiser o espaço aberto no teto

Altera o indexador do montante total de precatórios a serem pagos. Atualmente, esse valor é corrigido pela correção do teto. Para evitar que o aumento do teto seja parcialmente consumido pelo pagamento de mais precatórios, alterou-se o indexador do limite de precatórios para o IPCA. Vai continuar a bola de neve de precatórios não pagos

A DRU (Desvinculação de Receitas da União, que permite ao governo usar livremente 20% dos **tributos** federais vinculados por lei a fundos ou despesas) foi prorrogada até o final de 2024. Nesse caso, há pouco efeito prático, pois muitas receitas vinculadas, como as da educação, estão fora do mecanismo, além de não mais haver superávit no Orçamento da **seguridade social** que era usado para cobrir o déficit no orçamento fiscal

Prevê que o Executivo envie uma nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando

aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será revogado da Constituição o teto atual. A aprovação de um projeto de lei complementar é mais fácil (precisa de menos votos) que uma PEC (proposta de emenda à Constituição)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/12/2022/p1>

Para não zerar os investimentos (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

O contingente das viúvas do natimorto teto de gastos é imenso, mas o furo acumulado de R\$ 800 bilhões, que se vê na checagem da sua aplicação em 2020- 2022, já deveria ter deixado bastante claro que a eficácia do dispositivo em casos como o nosso é praticamente nula.

Como o detalhamento dos gastos da União não é tão conhecido, muito poucos perceberam que, de 1987 a 2021, o peso no total da soma de apenas dois itens que são superrígidos, a **Previdência Social** e a assistência social, cresceu de forma tal (de 28,3% para 62,9%) que a imposição de um teto de crescimento calculado sobre o total dos gastos e igual à **inflação** decorrida anualmente se tornaria rapidamente letra morta.

Boa parte da parcela restante, de 37,1% do total em 2021, teria de desaparecer do mapa, especialmente o item investimento.

Como na alta prioridade de assistência social não dá para mexer, só resta ao novo governo encarar de frente o problema previdenciário, o que equivale, na linguagem da área, a equacionar ou zerar os déficits financeiros e atuariais de todas as esferas de governo, sob pena de os investimentos públicos zerarem em todo o País.

(Veja os dados detalhados relevantes para esse raciocínio em bit.ly/3Y1KW7I e bit.ly/3heHQvY.) O curioso é que, como tem havido pouca motivação política para realizar tal tarefa, mesmo após a aprovação da alteração constitucional básica requerida (parágrafo 1.º do artigo 9.º da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/19), são pouquíssimos os casos dessa árdua tarefa já enfrentados.

A própria União, que liderou o processo de aprovação da Emenda Constitucional 103, fez praticamente nada para o equacionamento em si do seu próprio caso.

O presidente da República eleito Luiz Inácio Lula da Silva deveria, então, convocar todos os governadores na primeira semana de janeiro para, em reunião subchefiada pelo governador Wellington Dias, que em boa medida já fez esse trabalho em sua recente gestão no Piauí, deslanchar a tarefa.

A partir desse encontro, seriam preparadas, com base em diagnósticos adequados para pelo menos o regime

próprio da União e o de todos os Estados e dos principais municípios, metas de recuperação do espaço para investir (ou, inclusive, de contenção do iminente aumento do endividamento público que decorreria da continuação das tendências atuais). I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU autoriza crédito extraordinário para gastos da Previdência

MANOEL VENTURA manoeLventura@bsb.oglobo.com.br
RIO E BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Média de idade de aposentado sobe 2,79 anos após reforma

Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Benefício humanitário e o teto de gastos (Artigo)

Por Raquel Dodge

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

Remanejamento "reparte" R\$ 3 bi entre órgãos para cobrir buracos

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Valorização do servidor (Editorial)

O governo de transição emitiu um sinal positivo ao demonstrar sensibilidade com as demandas dos **servidores públicos**. Se não corresponderam totalmente às expectativas da categoria, que amarga sucessivos anos sem reajuste salarial, as declarações de Aloizio Mercadante, coordenador do Gabinete de Transição, ao menos indicaram que a próxima gestão está ciente de que o funcionalismo público precisa de um tratamento compatível com a relevância do serviço prestado à sociedade.

Em relação à defasagem salarial, Mercadante reconheceu as dificuldades, mas não prometeu retirar da cartola uma solução mágica. "Os servidores, que ficaram sete anos sem reajuste, não podem esperar que o governo que entra daqui a um mês possa fazer um aumento retroativo por uma perda que nós reconhecemos, porque não tem esse recurso no orçamento." O ex-ministro considera mais factível uma recomposição gradual, de acordo com as possibilidades orçamentárias. Considerando-se as sucessivas burlas do teto de gastos durante o governo Bolsonaro e a necessidade de se manterem benefícios à população mais vulnerável, torna-se fundamental um diagnóstico realista do Orçamento antes de se pensarem ampliar despesas permanentes.

Como bem sinalizou Mercadante, a melhoria salarial dos **servidores públicos** deve fazer parte de uma diretriz mais ampla -a reforma administrativa. Nesse quesito, entretanto, consta que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, tem ressalvas em relação à Proposta de Emenda à Constituição 32, em tramitação no Congresso Nacional. Sindicatos falam até que o futuro titular do Planalto pretende "enterrar" a proposta apresentada pelo governo Bolsonaro.

Independentemente das divergências em relação à PEC 32, alguns princípios se impõem sobre visões ideológicas. Em primeiro lugar, não resta dúvida de que os **servidores públicos** são profissionais essenciais na execução de políticas de Estado. No momento em que o país enfrenta demandas sociais tão urgentes - milhões de brasileiros em situação de miséria, falta de saneamento e crise no ensino público, para citar algumas -, o poder público precisa da atuação de trabalhadores comprometidos em ajudar o governo e a sociedade a enfrentar os grandes desafios da nação.

Outro ponto pacífico: o Estado brasileiro gasta mal os recursos disponíveis para manter em funcionamento a máquina pública. É mister, portanto, encontrar

soluções que reduzam custos e melhorem a eficiência do atendimento às necessidades da população. Nesse sentido, iniciativas como a reestruturação de ministérios e autarquias, além do uso da tecnologia, são bem-vindas. Tais medidas, porém, devem significar mais cidadãos atendidos, e não desmonte das estruturas do poder público.

A partir desses dois pontos basilares da administração pública, deve-se então buscar a valorização dos servidores. A justa recomposição salarial do funcionalismo ocorrerá no momento em que os gestores estabelecerem as bases de uma máquina pública sustentável e essa preocupação passa pela definição de uma nova âncora fiscal. Esse objetivo se impõe em escala municipal, estadual ou federal, independentemente da coloração partidária. Serviço público de qualidade e funcionários bem remunerados não são situações excludentes. Mãos à obra, pois.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Valorização do servidor

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/12/2022/p1>

Tempo para discutir nova regra fiscal



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), coordenador da equipe de transição, defendeu, ontem, o prazo de dois anos em que o texto atual da PEC da Transição amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões.

Ele reforçou que esse é o período necessário para que o novo governo discuta e estabeleça um outro arcabouço fiscal para o Brasil. Questionado se seria possível aprovar as novas regras já no próximo ano, apontou que esse é um tema do Parlamento.

"Quanto mais rápido votar, melhor", frisou.

"Quem dá a palavra final é o Parlamento (sobre PEC). Por que dois anos? É o tempo de rediscutir nova modelagem de responsabilidade fiscal, que leve em conta curva da dívida, primário necessário e os gastos.

E, principalmente, fazer o Brasil crescer, atrair investimento.

Por isso, os dois anos. Qual o valor? R\$ 70 bilhões é o Bolsa Família, mas tem que funcionar saúde, não pode deixar estradas intransitáveis. Isso não é austeridade, é ineficiência", acrescentou, ao ser perguntado sobre as resistências que se apresentam no Congresso ao texto atual. "E quando estabelece R\$ 145 bilhões (de aumento do teto), você não aumentou um centavo, porque é exatamente os 19% do **PIB** (Produto Interno Bruto) de despesa primária, o que é hoje." Além do novo arcabouço fiscal, o vice-presidente eleito ressaltou que o Congresso deve discutir a **reforma tributária** como prioridade para o

crescimento do país. "Essa é a reforma que pode fazer o **PIB** crescer", destacou.

Ele comentou que o futuro governo "não necessariamente" apresentará nova proposta. Relembrou dos textos, como a PEC 45, que já tramitam no Parlamento.

"Tem duas PECs bastante discutidas, podem ser aperfeiçoados ou ter nova proposta.

Importante é ter reforma que simplifique", afirmou.

Habitação

Também conforme Alckmin, a aprovação da PEC deve abrir espaço para o Orçamento do próximo ano direcionar cerca de R\$ 10 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida, hoje denominado Casa Verde e Amarela. O investimento, segundo o presidente eleito, se justifica porque a construção civil gera emprego rápido e proporciona moradia.

Alckmin lembrou que esse valor ainda será estabelecido pela Lei Orçamentária do próximo ano, após a aprovação da PEC. O projeto da LOA é relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), a quem caberá definir no parecer essa destinação.

O vice-presidente eleito disse, contudo, que o montante para o MCMV já está em fase de negociação com o Congresso. Ainda segundo ele, quando a PEC da Transição estipulava um impacto fiscal maior, de R\$ 198 bilhões, havia expectativa de o programa habitacional receber R\$ 15 bilhões.

Com o novo número - de R\$ 168 bilhões -, no entanto, a estimativa precisou ser reduzida.

O ex-governador demonstrou otimismo com o cenário econômico brasileiro. "Pode ter otimismo (sobre crescimento) porque há muita liquidez no mundo", disse, citando o cenário externo.

"Com segurança jurídica, respeito às regras, responsabilidade, vamos atrair muito investimento", garantiu.

Ele pontuou que a eficiência no gasto público é uma "obra interminável" e "sempre pode estar melhorando". "Linha geral: rever todos os contratos, ver quando pode reduzir de gastos; governo digital, quanto você pode reduzir, e a outra é fazer a economia crescer",

sustentou. "Crescer é investimento.

Precisa ter um pouco do público para empurrar, e muito do privado."

Senado aprova PEC da Transição com prazo de 2 anos e impacto de R\$ 168 bi

Tháísa Oliveira e Thiago Resende *brasil*

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (7), em dois turnos, a PEC (proposta de emenda à Constituição) da "Transição, principal aposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança até seis anos.

O texto, que agora vai para a Câmara, amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões em 2023 e 2024 para o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) e libera outros R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação de receitas extraordinárias.

O Senado manteve o texto da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), em meio à pressão da oposição para reduzir o impacto e a duração.

O placar para a aprovação do texto-base, no primeiro turno, foi de 64 a 16. No segundo, a proposta passou por 64 a 13.0 futuro governo precisava de, no mínimo, 49 votos e calculava ter de 54 a 60.

Na Câmara, será necessário o aval de 308 deputados. A expectativa é que a proposta seja discutida na semana que vem.

Com o espaço de R\$ 105 bilhões aberto no Orçamento de 2023, Lula espera recompor programas como Farmácia Popular e Minha Casa, Minha Vida e reajustar o salário mínimo acima da **inflação**. A distribuição do montante, no entanto, será definida não só pelo governo eleito -como previa a proposta inicial- mas também pelo Congresso.

O relator do texto, Alexandre Silveira (PSD-MG), afirmou que o "dito mercado" reagiu bem à proposta que saiu da CCJ. Silveira reforçou o compromisso do governo eleito com o envio de um novo arcabouço fiscal até agosto do ano que vem, além de uma **reforma tributária**.

Durante a votação em plenário, senadores do Progressistas e do Podemos tentaram reduzir o prazo da PEC de dois anos para um ano, mas a proposta acabou derrotada.

"Na verdade, o que estamos autorizando hoje passa de R\$ 208 bilhões. Estamos autorizando não R\$ 145 bilhões, estamos autorizando R\$ 208 bilhões", lamentou o líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães (Podemos- PR).

O texto também permite que recursos parados nas contas do PIS/Pasep há no mínimo 20 anos sejam apropriados pelo Tesouro e usados para bancar investimentos fora da regra fiscal que limita o crescimento das despesas. Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tentou retirar o dispositivo, sem sucesso.

Em agosto, a Caixa informou que há R\$ 24,6 bilhões em cotas do PIS/Pasep. A versão aprovada pelo Senado prevê gasto extra de R\$ 168 bilhões - somando as cotas e outras emendas incluídas, a proposta pode liberar mais de R\$ 200 bilhões para o futuro governo.

O aviso de apropriação dos recursos do PIS/Pasep deverá ser publicado no DOU (Diário Oficial da União). Caso o "eventual interessado legítimo" não reivindique o dinheiro dentro de 60 dias após a publicação no DOU, as contas serão encerradas. O interessado poderá pedir o ressarcimento à União no prazo de até cinco anos do encerramento das contas.

O dispositivo que inclui o PIS/Pasep não estava no relatório inicial de Silveira e foi incluído por sugestão do senador Fernando Bezerra (MDB--PE), ex-líder do governo de Jair Bolsonaro (PL) no Senado.

Bezerra disse que a mudança é "neutra" do ponto de vista fiscal. "Primeiro haverá criação de receita e depois a realização de despesas de investimento que ficam excepcionalizadas do teto. Do ponto de vista fiscal, é neutra. A reação do mercado hoje [nesta quarta] foi boa em relação à PEC."

Em acordo com líderes do Congresso e o PT, o relator deixou uma brecha para que a PEC também possa abrir espaço no Orçamento de 2022. No trecho que permite investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R\$ 23 bilhões, foi retirada a trava de que essa medida valeria apenas a partir de 2023.

Com isso, há margem para que o governo de Bolsonaro libere emendas parlamentares que estão

bloqueadas por causa do aperto fiscal A articulação para usar a PEC de Lula para destravar as emendas de aliados do mandatário foi revelada pela Folha em novembro.

Silveira nega que tenha participado da negociação de emendas. Segundo ele, a antecipação foi incluída para que o governo atual consiga fechar as contas -o Ministério da Economia teme o risco real de que falte dinheiro inclusive para aposentadorias.

"Se não estivéssemos aprovando hoje nesta mesma PEC a possibilidade de o atual governo aproveitar R\$20 bilhões para fechar o seu ano fiscal, esse governo teria um rombo fiscal, no seu limite, de R\$ 16,8 bilhões", disse no plenário.

A PEC também tira do teto despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas.

Os gastos extras aprofundam o resultado negativo nas contas públicas previsto para 2023, caso não haja elevação nas receitas ou corte de despesas de forma suficiente. O Orçamento projeta oficialmente um rombo de R\$ 63,5 bilhões, mas o atual governo atualizou essa estimativa para um número menor, embora ainda negativo em R\$ 40,4 bilhões.

A existência de déficits públicos indica que o governo está financiando despesas por meio de emissão de um volume maior da dívida brasileira. O custo fica próximo da taxa básica de juros da economia, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

PT enfrentará tensão e cenário mais difícil na Câmara

João Gabriel, César Feitoza e Thiago Resende

Após a passagem da PEC da Transição pelo Senado, o PT enfrentará um cenário mais difícil na Câmara. A turbulência pode vir de atritos com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e do atual fogo cruzado entre o Congresso e o Supremo, que começou nesta quarta (7) a julgar as emendas de relator.

Desde o início do debate sobre a PEC, Lira deixou clara a posição de que o tema deveria ser pautado apenas quando já houvesse acordo sobre o texto nas duas Casas.

No entanto, o texto foi votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado na terça (6) sem total acordo com a Câmara, segundo pessoas envolvidas nas negociações.

Lira, então, procurou parlamentares do PT para

conversar sobre a forma como o texto avançou. Aliados do presidente da Câmara afirmam que, no cenário atual, a tendência é a Câmara tentar reduzir as possibilidades de gastos do próximo governo.

Há resistência nas bancadas de PP, Republicanos e União Brasil -que compõem o núcleo duro de Lira- à versão aprovada pelo Senado. Sem esses partidos (ou parte deles), o PT enfrentará dificuldade para aprovar a PEC na Câmara.

Líderes desses partidos se uniram a opositores de Lula, como o PL, e defendem um valor menor da autorização para gastos e duração de apenas um ano -é a proposta, por exemplo, de Ciro Nogueira, presidente do PP

Mas há também quem critique outros trechos da PEC, como a possibilidade de reformulação do teto de gastos por meio de projeto de lei complementar, e não por emenda à Constituição.

Desde que a bancada de aliados de Lula acertou o apoio à reeleição do presidente da Câmara, Lira vem ajudando a conseguir os votos necessários para a aprovação da proposta e conversando com partidos como PL, PP e Republicanos, conforme mostrou a Folha.

No entanto, a insatisfação com a articulação política da equipe de Lula têm dificultado a costura de acordos para a votação da PEC na Câmara.

São necessários 308 votos para aprovar uma PEC na Câmara, mais do que os cerca de 280 deputados que compõem, atualmente, a base do futuro governo petista. A ideia é conseguir um bloco de cerca de 340 nomes favoráveis à proposta, para ter margem de segurança na votação.

A expectativa é que o tema seja pautado por Lira já na próxima semana, apesar da possibilidade de a seleção brasileira disputar as semifinais da Copa do Mundo na terça-feira (13) -o que pode desmobilizar parlamentares.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50119>

Reforma tributária precisa ser equilibrada e simplificar, diz CNC

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Gerar empregos é a agenda prioritária

Por Christino Áureo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/coluna/gerar-empregos-e-a-agenda-prioritaria.ghtml>

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Gerar empregos é a agenda prioritária

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/gerar-empregos-e-a-agenda-prioritaria.ghtml>

BC mantém juros e alerta para riscos fiscais

Nathalia Garcia *brasil*

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve os juros inalterados pela terceira reunião consecutiva nesta quarta (7). Com isso, a taxa básica (Selic) encerra 2022 em 13,75% 30 ano.

No **comunicado**, o colegiado do BC fez um alerta para os riscos fiscais e repetiu o aviso de que "não hesitará em retomar o ciclo de aumento de juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", podendo ajustar seus passos futuros.

"A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal, requer serenidade na avaliação dos riscos. O comitê acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de **inflação**, com potenciais impactos sobre a dinâmica da **inflação** prospectiva."

As turbulências recentes no cenário fiscal relacionam-se, sobretudo, à PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que prevê cerca de R\$ 168 bilhões de despesas para bancar promessas de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O impacto dos gastos na **inflação** e nas contas públicas e a indefinição quanto ao novo arcabouço fiscal geram temor entre analistas e investidores.

Marco Caruso, economista-chefe do banco Original, ressalta que o BC fez uma mudança sutil na sua avaliação ao incluir a palavra "elevada" quando se refere à incerteza fiscal. "Ele dá um pequeno passo em uma piora no balanço de riscos" disse. "É um Banco Central em compasso de espera por uma definição do lado fiscal."

Para Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e atual presidente do conselho da Ji ve|Mauá Investments, a autoridade monetária correspondeu às expectativas do mercado financeiro.

"O mercado esperava que ele fosse mais duro e ele foi. O BC está trazendo esse aumento de risco que os próprios ativos brasileiros estão demonstrando, o câmbio depreciou nas últimas semanas, a Bolsa caiu, a curva de juros subiu. Se esse aumento da curva de juros se perpetuar por um ano, ele casta perto de R\$ 100 bilhões a mais para o Tesouro", afirmou.

Segundo o economista, ao adotar uma postura mais

firme, o BC sinaliza que pode adiar o corte de juros em 2023.

"Quando ele aumenta o tom de preocupação, é explícito que pretende ficar mais tempo com a taxa de juros como está, se não tiver que elevar ao longo do tempo", disse.

Para Mirella Hirakawa, economista da AZ Quest, o BC "coloca uma mensagem de cautela, esperando a reação desse desdobramento fiscal".

Apesar do alerta sobre a questão fiscal, o BC manteve o balanço de riscos para a **inflação** simétrico. Entre as condições que puxariam os preços e as expectativas para cima, destacou a persistência das pressões inflacionárias globais, a elevada incerteza sobre o arcabouço fiscal e a pressão vinda da economia menos ociosa, em particular do mercado de trabalho.

Na direção contrária, ressaltou a queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local, a acentuada desaceleração da atividade econômica global e a manutenção dos cortes de **impostos** projetados para serem revertidos em 2023.

A autoridade monetária reforçou a mensagem de que se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período "suficientemente prolongado" será capaz de assegurar o controle da **inflação**.

Após ser elevada para 13,75% em agosto, a Selic foi mantida nesse patamar nas reuniões de setembro, outubro e de dezembro. O ciclo de aperto monetário (alta da taxa básica) foi interrompido depois de o Banco Central ter promovido o mais agressivo choque de juros desde a adoção do regime de metas para **inflação**, em 1999.

Foram 12 aumentos consecutivos, com elevação de 11,75 pontos percentuais, no período entre março de 2021, quando a Selic saiu de seu piso histórico (2%), e agosto deste ano.

A decisão do Copom veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro de que a Selic continuaria estável em 13,75%. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que essa era a expectativa unânime entre os economistas consultados.

Ante as despesas adicionais do governo, os analistas têm revisado as estimativas de **inflação**. Segundo o

Focus, a projeção do mercado para o IPCA subiu para 5,92% em 2022.

Em 12 meses, o IPCA acumulou alta de 6,47% até outubro, segundo dados do IBGE. Para este ano, há consenso de que a **inflação** deve estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,5% -com flexibilidade de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Para 2023, as expectativas atingiram 5,08% e já se encontram acima do máximo permitido no intervalo de tolerância (4,75%). A previsão para 2024 se mantém estável em 3,5% -acima do centro da meta (3%).

O Copom volta a se reunir nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2023.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

19

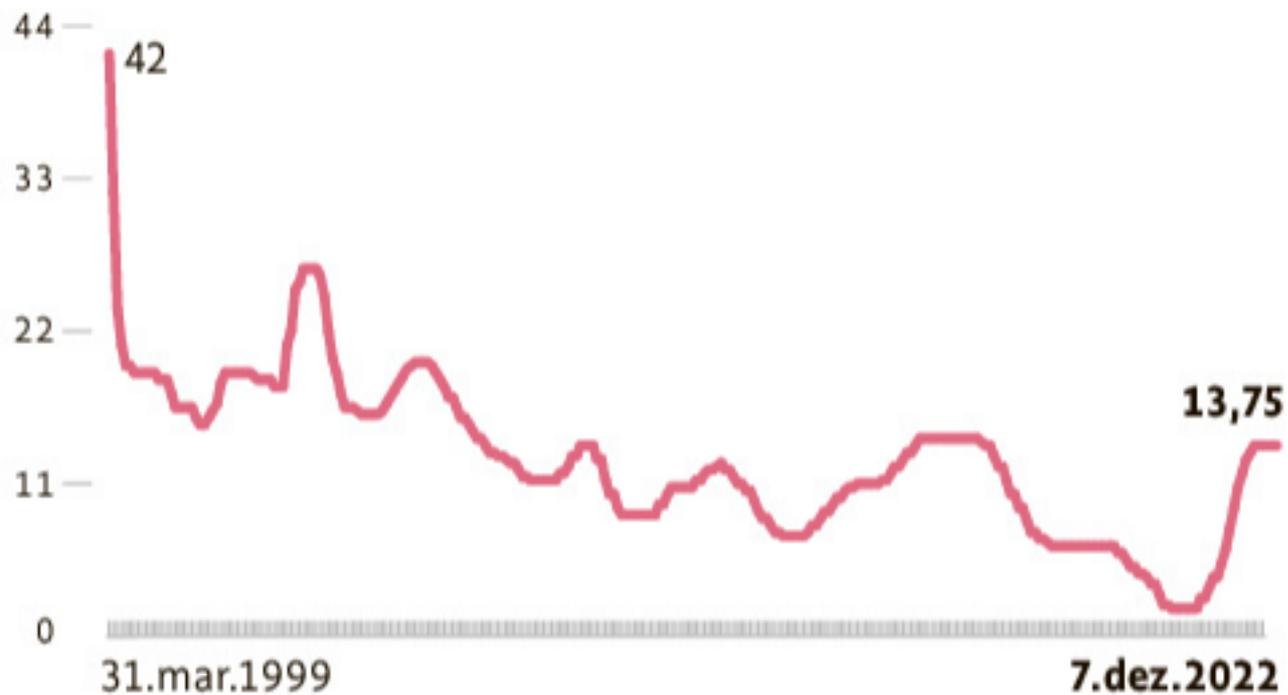
Como ficam os investimentos com a taxa Selic em 13,75%

Aplicação	Rendimento bruto	Rendimento com desc. do IR	Rendimento real (após IR e inflação)
Poupança*	6,17	6,17	0,24
Tesouro Selic	13,65	10,92	4,72
CDB em banco médio	15,70	12,56	6,27
CDB em banco grande	10,24	8,19	2,14
LC	16,38	13,10	6,78
LCA*	13,38	13,38	7,04
LCI*	13,79	13,79	7,43
RDB	15,83	12,67	6,37
Debênture incentivada*	15,56	15,56	9,10

*Investimentos isentos de Imposto de Renda - IR de 20% para aplicações com vencimento de 181 a 360 dias. Inflação anual de 5,92% prevista pelo boletim Focus de 2 de dezembro de 2022 - Fonte: Yubb

Taxa básica de juros (Selic)

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Presidente do TCU pede regra fiscal que dê fim a "corrida por exceções"

ADRIANA FERNANDES

Na semana de votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, defendeu a criação de um novo modelo de arcabouço fiscal para evitar uma "corrida por exceções".

Em reunião com banqueiros que integram o conselho da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Dantas criticou a constitucionalização das políticas fiscais no Brasil e defendeu regras simples e flexíveis para amortecer situações extraordinárias.

"No Brasil, a constitucionalização de políticas fiscais produz efeitos contrários aos planejados. Não dita de modo linear o arcabouço das finanças públicas pelas exceções em desacordo com o próprio planejamento governamental", disse Dantas, eleito ontem presidente da Corte de Contas. Ele exerce atualmente a presidência em exercício em um mandato tampão desde a aposentadoria de Ana Arraes, em julho.

A PEC da Transição, que amplia gastos no próximo governo e foi aprovada ontem pelo Senado, tem um dispositivo que permite a criação de um novo arcabouço fiscal por meio de lei complementar para revogar o teto de gastos, a regra que impõe um limite ao crescimento das despesas com base na correção pela **inflação**. Pelo texto, um projeto de lei teria de ser enviado pelo governo em 2023.

Por outro lado, a proposta contém novas exceções para burlar as restrições do limite de gastos, entre elas, despesas que foram custeadas por meio de operações financeiras feitas com organismos federais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Depois da criação do teto, várias exceções foram sendo feitas, como a capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgeprom) em R\$ 10 bilhões para comprar corvetas para a Marinha brasileira. A necessidade de um novo arcabouço fiscal ganhou força depois de o limite para gastos na gestão Jair Bolsonaro (PL) ter sido rompido diversas vezes.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já prometeu revogar o teto.

INCENTIVOS FISCAIS. No encontro com os banqueiros, o presidente do TCU disse que a avaliação do gasto público será prioridade na sua gestão para cortar "despesas supérfluas e ineficientes" dentro de um processo conhecido entre os economistas como "spending review", na expressão em inglês. Ele defendeu um processo de reavaliação das isenções tributárias. Os incentivos e benefícios tributários somaram R\$ 329,4 bilhões em 2021, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"O problema de boa parte dessas isenções é que a concessão do benefício nem sempre é precedida da qualificação dos potenciais benefícios sociais e econômicos frente ao custo fiscal", disse.

Ele citou estudos do TCU que atestaram que o programa Auxílio Brasil com R\$ 32 bilhões por ano reduz 1,7% do nível de pobreza, enquanto o mesmo gasto aplicado na desoneração dos produtos da cesta básica reduz apenas 0,1%. Na desoneração da cesta básica, produtos como salmão, caviar e filé mignon também contam com a redução dos **tributos**.

Segundo ele, é um dinheiro canalizado para direção errada numa política econômica pouco eficiente.

"O que temos verificado em matéria de isenções é uma tendência de perpetuação dos benefícios concedidos independentemente de avaliações sobre os resultados alcançados", disse. Dantas apresentou aos banqueiros uma iniciativa que vai ser liderada pelo TCU: uma auditoria global nas ações governamentais para combater mudanças climáticas.

Economia remaneja R\$ 3,3 bi para evitar paralisação de serviços

Em meio ao risco de paralisação de programas e serviços por falta de verbas no fim do ano - como o pagamento de bolsistas da Capes -, o Ministério da Economia publicou portaria remanejando R\$ 3,3 bilhões em despesas obrigatórias para gastos chamados discricionários - aqueles destinados ao custeio da máquina pública e aos investimentos. A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União ontem. Segundo a Economia, a realocação será dentro dos próprios ministérios, sem alterar os limites de empenho de cada pasta. Cabe a cada

ministério alocar internamente esses recur

Desoneração Mandatário da Corte de Contas diz que
boa parte das isenções não resulta em "benefícios
sociais"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agro deve crescer 2,5% em 2023

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do agronegócio deverá fechar em queda de 4,1% em 2022. Para o ano que vem a projeção é de avanço de 2,5%. As estimativas foram divulgadas ontem pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre os fatores que influenciaram a queda neste ano estão as incertezas com as despesas públicas e a condução da política fiscal, que devem manter os juros elevados, impactando o custo de crédito para custeio e investimento. No mercado internacional, as previsões de desaceleração do **PIB** podem prejudicar as exportações brasileiras do agro no próximo ano. O cenário seguirá volátil com as incertezas para a produção global de grãos e de insumos causados principalmente pela guerra da Rússia na Ucrânia.

Tarcísio anuncia Benini e deve confirmar Kinoshida na Fazenda



Rafael Benini, ex-diretor da EPL e indicado por Tarcísio para secretaria de parcerias do Governo de SP. Marcia Yamamoto/Agência Senado

Paula Soprana

São paulo O governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou na manhã desta quarta-feira (7) o nome de Rafael Benini para uma nova secretaria destinada às parcerias de investimentos privados no estado.

Benini trabalhou com Tarcísio no Ministério da Infraestrutura, onde era diretor da EPL (Empresa de Planejamento e Logística) e estruturou uma série de projetos para a pasta.

O governador eleito de São Paulo também deve anunciar nos próximos dias o nome do economista Samuel Kinoshita, que foi assessor do ministro Paulo Guedes (Economia), para a Secretaria da Fazenda.

A equipe de Tarcísio chegou a sondar Guedes para o posto, mas, diante da recusa do atual ministro da Economia, o nome de Kinoshita tomou-se o mais cotado.

É possível que Guedes tenha um cargo consultivo no futuro governo, como uma espécie de conselheiro, já que Tarcísio e seus aliados consideram importante mantê-lo por perto.

Em entrevista a jornalistas nesta quarta-feira, Tarcísio elogiou a gestão de Guedes no governo federal, dizendo que seria um luxo tê-lo na equipe, e afirmou que "existe uma grande probabilidade [de nomear Kinoshita]".

Em entrevista à CNN na última segunda-feira (5),

Tarcísio também indicou que deve escolher Kinoshita. "Para mim seria um luxo [ter Paulo Guedes como secretário de Fazenda]. Seria muito bom. O Brasil está crescendo e criando empregos. Estamos deixando o país com 74% de relação dívida/**PIB**. Mas acho muito difícil ele aceitar. Daí o secretário será o Samuel Kinoshita, que era da equipe do Guedes, coordenou o plano econômico e conduz a área de economia da transição", disse.

Kinoshita foi assessor especial do Ministério da Economia de Guedes de 2019 a 2021 e membro do conselho fiscal do Banco do Brasil de 2020 até julho deste ano.

O economista trabalhou por um ano e meio na Bozano Investimentos, empresa de Guedes antes de assumir o cargo no governo de Jair Bolsonaro (PL). Hoje ela se chama Crescera Capital.

Nos últimos anos, trabalhou em gestores de investimentos e consultorias como Kapitalo, MVP Capital e BTG. Ele é economista pelo Insper, mestre em economia pela Universitat Pompeu Fabra e mestre em estatística pela Columbia University.

Em relação a Rafael Benini, Tarcísio disse que a nova secretaria será destinada à formulação de projetos de infra-estrutura e atuará muito próxima da de Assuntos Internacionais, a cargo de Lucas Ferraz, "para termos uma postura agressiva na busca desse recurso do exterior, do capital na iniciativa privada".

O governador eleito anunciou o nome de Benini enquanto falava de seus planos para a infraestrutura em painel com os governadores do Espírito Santo, Renato Casa-grande (PSB), do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), e de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), durante evento do setor realizado pela revista Exame, em São Paulo.

"Nossa ideia é investir muito na expansão do transporte metroferroviário e fazer mais concessões de rodovias", disse, acrescentando que o principal foco de seu governo será atrair investimento privado para obras.

Ele também mencionou que pretende resgatar o transporte ferroviário. As prioridades iniciais serão o leilão da Rodo-anel, a publicação do edital do trem

intercidades e o estudo de privatização da Sabesp.

O cenário para captar investimento será desafiador diante da elevação das taxas de juros em diferentes países e da **inflação**, destacou Tarcísio.

"Vamos ver uma drenagem de liquidez e isso aumenta dificuldade de atrair capital estrangeiro." O governador eleito também mencionou a necessidade de fazer uma reforma fiscal e de promover a responsabilidade fiscal e ambiental. "Seremos incapazes de trazer investimento para o Brasil se houver a percepção de risco ou insolvência", afirmou.

Benini foi o 11º secretário confirmado por Tarcísio. Já foram anunciados também Gilberto Kassab (Secretaria de Governo), Eleuses Paiva (Saúde), Natalia Resende (Transporte, Logística, Meio Ambiente), Artnur Lima (Casa Civil), Laís Vita (Comunicação), Caio Paes de Andrade, presidente da Petrobras (Gestão e Governo Digital), Lucas Ferraz (Assuntos Internacionais), Sérgio Codelo (Departamento de Estradas de Rodagem), Capitão Derrite (Segurança) e Roberto de Lucena (Turismo).

Segundo Tarcísio, o principal trabalho da transição tem sido pensar em ajustes para o orçamento do próximo ano e desenhar a estrutura do novo governo. Algumas pastas devem ser extintas, outras serão fundidas e algumas serão criadas.

Os nomes anunciados pelo governador eleito para seu secretariado e sua equipe de transição indicam que ele terá foco em privatizações, como fez no governo Jair Bolsonaro (PL), ampliando as desestatizações vistas em gestões tucanas anteriores.

Os auxiliares incluem pessoas que trabalharam na área de concessões e privatizações com Tarcísio no Ministério da Infraestrutura e pessoas próximas a Paulo Guedes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

19

Lula ganha a primeira (Editorial)

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado foi o primeiro teste político a que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva foi submetido. Ainda que haja muitas fases de votação até a promulgação do texto, na etapa inaugural, o pe-tista passou. A proposta original de sua equipe permitia a expansão de quase R\$ 200 bilhões em gastos no Orçamento de 2023 e retirava as despesas do Bolsa Família do teto por quatro anos.

Até o momento, financeiramente Lula perdeu pouco e, politicamente, ganhou muito, algo fundamental para sua governabilidade.

Na CCJ, Lula da Silva garantiu um aumento do teto de R\$ 145 bilhões, que pode chegar a R\$ 168,9 bilhões se houver receitas extraordinárias para financiar investimentos. Embora não tenha retirado o Bolsa Família do teto, o governo eleito assegurou um prazo de dois anos para a vigência da PEC, suficiente para atravessar as eleições municipais de 2024 sem ter de lidar com novos contratempos de ordem fiscal.

Na Câmara, há uma articulação para reduzir o valor aberto no Orçamento e também o prazo da PEC. Mas o fato de que o texto permite que o excesso de arrecadação deste ano ajude o governo Jair Bolsonaro a fechar as contas pode facilitar sua tramitação entre os deputados. Ademais, o Centrão tende a compor com qualquer governo, e o discurso pela aprovação da PEC atrelado a demandas sociais sempre encontra respaldo entre os parlamentares - ainda que os gastos dessas propostas sempre extrapolem tais preocupações.

Se a PEC estivesse restrita apenas ao Bolsa Família, Lula precisaria de um espaço no Orçamento de R\$ 70 bilhões, considerando a manutenção do piso em R\$ 600 e o valor extra de R\$ 150 por criança. Qualquer espaço adicional, portanto, ficará livre para gastos e estará vinculado a solicitações da equipe de transição, mas também, segundo o texto, às comissões permanentes do Legislativo - colegiados cuja presidência é escolhida com base na composição do bloco vencedor da eleição pelo comando da Câmara e do Senado e na participação proporcional dos partidos nesses grupos.

Isso não necessariamente significa caminho fácil no Congresso para Lula nos próximos quatro anos - há muitos bolsonaristas eleitos dispostos a fazer oposição ferrenha a seu mandato na Câmara e no Senado -,

mas certamente ajuda a compor uma base de sustentação. O texto da PEC da Transição revela uma tentativa do governo eleito de favorecer escolhas coletivas em detrimento de lideranças individuais na indicação das dotações orçamentárias.

Se bem utilizada, a estratégia pode favorecer as políticas públicas elenca-das pelo governo e reduzir a força das emendas de relator, maior símbolo da falta de comando do Executivo sobre o Orçamento.

No mundo da economia, a avaliação é diferente, tanto que alguns investidores acreditam que o Banco Central (BC) manterá a taxa básica de juros no atual patamar ao longo de todo o ano de 2023 para conter a **inflação**. Nesse ambiente, o sucesso do governo Lula dependerá da âncora fiscal que substituirá o teto de gastos e que ele terá de enviar ao Congresso até agosto, por meio de lei complementar. Se o texto for mantido da forma como a CCJ o aprovou, é tempo mais do que suficiente para negociar um novo arcabouço que resgate a credibilidade fiscal do País. Até lá, o que se espera é que o governo eleito entenda a necessidade de atrelar responsabilidade fiscal e social e que elabore uma regra crível e estável, que sinalize a disposição de controlar os gastos após a correção das condições que tornaram o Orçamento inexequível.

Aprovar uma âncora fiscal e mantê-la fora da Constituição é desejável, principalmente porque tal regra demandaria maioria simples no Legislativo. Há muitos outros desafios a serem negociados, principalmente projetos que favoreçam o crescimento econômico, como a sempre adiada **reforma tributária**. Para todos eles, a formação de uma base no Congresso é um primeiro e imprescindível passo, premissa que parece ter guiado as negociações sobre a PEC da Transição.»



Argentina pede a Europa que reveja acordo com Mercosul

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187403?page=1§ion=1>